

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 005/2026

Proc. Administrativo 127/2026

DA FINALIDADE: Inexigibilidade de Licitação

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviço de treinamento e capacitação profissional no 1º Seminário de Contabilidade Pública, oferecendo ferramentas e conhecimentos para que os profissionais possam elevar a qualidade, a transparência e a segurança jurídica das prestações de contas municipais em Mato Grosso, para servidores lotados na Secretaria Municipal de Finanças.

DO CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 24.772.287/0001-36, situada na Av. Mato Grosso, 66 NE, Centro.

DA CONTRATADA: **ATAME ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO, CURSOS E CONCURSOS LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº **00.839.039/0001-05**, estabelecida na Rua A, nº 23, Bairro Morada Do Ouro - Setor Centro Sul, Cuiabá-MT.

DA JUSTIFICATIVA: Justifica-se a presente contratação, devido à necessidade de capacitação e treinamento de servidores, objetivando potencializar os melhores resultados a serem alcançados com a presente iniciativa, especialmente nas notas explicativas e na análise das variações patrimoniais - muitas vezes resultando em relatórios que cumprem a burocracia, mas falham em comunicar a realidade da gestão, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor este instrumento.

Com o objetivo de mitigar os riscos associados aos órgãos públicos, em conformidade com a legislação vigente, e assegurar uma gestão eficiente com a análise técnica de documentos contábeis como os balancetes, fornecendo informações para a tomada de decisões, a prestação de contas e a transparência, permitindo avaliar o desempenho e a gestão dos recursos públicos.

Ressaltando a importância da elaboração das notas explicativas que tem a função de complementar e explicar os dados apresentados nas demonstrações contábeis, oferecendo informações detalhadas e narrativas para facilitar a compreensão e a interpretação desses dados pelos gestores e usuários.

Ademais, os cursos e seminários de capacitação e aperfeiçoamento enfocam a gestão pública por meio de abordagem técnica e aplicada, além de toda a concepção teórica que orbita o tema. Os programas, as metodologias e os materiais didáticos são desenvolvidos abordando temas atuais e relacionados com o dia a dia da Administração Pública em âmbito contábil, a fim de que a aprendizagem seja aprofundada e permita a aferição prática dos conteúdos apresentados.

Outro assim, ao investir na capacitação de seus servidores, há uma valorização do seu quadro de pessoal, adequando as necessidades da Secretaria de Finanças aos dispositivos legais vigentes, tendo em vista que o servidor, por ser um agente de transformação do município e a serviço da sociedade, deverá possuir a capacidade de atuar na diversidade devido ao seu compromisso com a ética e os princípios



constitucionais, em concordância com a governança pública municipal que vem sendo aplicada a este órgão.

RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO E DO VALOR: As contratações realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei, oriunda dessa advinda do dispositivo constitucional, previsto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual determinou que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços a serem disponibilizados perante este órgão.

O objetivo da licitação, portanto, é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é a regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, tendo em vista a impossibilidade de se estabelecer a concorrência entre licitantes.

Nesse sentido, a Lei previu **exceções à regra de realização da licitação**, através de hipóteses de **Dispensas e Inexigibilidade de Licitação**. Trata-se de contratações realizadas sob a regência dos artigos 72 a 75 da Lei nº 14.133/2021.

O art. 74 da Lei nº 14.133/2021 elencou, em seus incisos, exemplos daquilo que caracteriza inviabilidade de competição, dentre eles, o contido no inciso III, o qual permite a contratação direta quando se tratar de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, a saber:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

No caso em tela, a inexigibilidade de licitação é necessária para contratação da empresa ATAME MT em parceria com a Associação Mato-grossense dos contadores públicos - AMCP, visando à participação de servidores no 1º Seminário de Contabilidade Pública.

O seminário será ministrado pelos renomados professores:

- Francisney Liberato Auditor do Tribunal de Contas de Mato Grosso. Escritor. Palestrante e Professor há mais de 25 anos. Coach e Mentor. Mestre em Educação. Doutor Honoris Causa. Graduado em Administração, Ciências Contábeis (CRC-MT), Direito (OAB-MT) e Economia. Membro da Academia Mundial de Letras
- Manoelina Maria Nunis Oliveira Santos Contadora. Advogada. Consultora em Gestão Pública. Professora do Projeto Especialista-Referência (Lei nº 14133/2021) do Professor Matheus Carvalho. Especialista em Licitações e Contratos Administrativos, pela Lei nº 14.133/21. Pós-graduanda em Contratações Públicas e Procedimentos práticos na Lei 14.133/21. Pós-graduada Direito Administrativo e Administração

Pública. Pós-graduada em Gerente de Cidade. Pós-graduação em Auditoria, Controladoria e Finanças. Está atuando na Prefeitura Municipal de Rondonópolis desde 1994, e demais Municípios do Estado de MT, desde 1998, conhecimento prático de licitações. Experiência em Departamento de Compras, consultoria e assessoria na área orçamentária, contábil, administrativa, financeira e patrimonial em órgãos públicos. Orientação na prática a realizar os procedimentos licitatórios e Contratações diretas de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e treinamentos.

- Douglas Ibarra Doutorando e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da USP. Especialista em Compliance e Integridade Corporativa pela PUCMinas, com MBA em Governança Pública pela Escola Brasileira de Direito - EBRADI. Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMT. Advogado.
- Moisés Maciel Doutor e Mestre Em Direito Constitucional (Função Social do Direito) pela Faculdade Autônoma de Direito (FADISP). Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Direito pela Faculdade de Direito de Cachoeira de Itapemirim (FDCI). Exerce o cargo vitalício de Conselheiro Substituto no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Exerceu o mandato de Coordenador da Rede de Controle da Gestão Pública do Estado de Mato Grosso (2016) Foi professor titular da disciplina Direito Constitucional da Faculdade SMG - Santa Maria da Glória. É pesquisador da FAPEMAT (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso).
- Ângela Nascimento Contadora; Mestre e Especialista em Políticas Públicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; Professora no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – Tangará da Serra/MT; Professora no MBA em Contabilidade Pública da Unyboss Capacitação e Treinamento Ltda. – Curitiba-PR; Consultora Contábil e de Gestão Pública; Instrutora de Cursos e Palestras na área contábil, fiscal e financeira aplicada ao setor público; atua há mais de 10 anos nas áreas Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Planejamento Governamental, Gestão Fiscal e Financeira e Orçamento Público; Autora no Livro Políticas Públicas Regionais: experiências locais em Mato Grosso; Participação no Monitor O Boletim das Finanças Municipais: edição Nº 24 NOVEMBRO/DEZEMBRO 2023 e Nº 26 JULHO/AGOSTO 2024; Membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Política e Sociedade - CNPq/UNEMAT; Membro do Observatório de Políticas Públicas de Mato Grosso - UFMT/MT.
- Ricardo Moreira de Oliveira Contador. Especialista em Auditoria Pública. Especialista em Gestão de Custos. Professor Universitário – UFR. Contador Municipal de Pedra Preta – MT.
- Eder Galiciani - Contador geral da Prefeitura de Cuiabá
- Isaías Lopes da Cunha - Conselheiro Substituto do TCE-M

Estima-se que o valor da contratação seja de R\$ 4.980,00, que corresponde ao valor de R\$ 2.490,00 por participante. Conforme demonstrado na pesquisa de preços e de acordo com as notas fiscais anexadas a este Estudo, o valor está dentro do praticado no mercado para soluções de mesma natureza, atendendo aos princípios da razoabilidade e economicidade.

ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES: Inscrição de 02(Dois) servidores no 1º SEMINÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA TEORIA À PRÁTICA NO



FECHAMENTO DE BALANÇO, que será realizado nos dias 27 e 28 /01/2026, com certificação para os participantes ao final da capacitação.

DA RELAÇÃO DO ITEM COM QUANTITATIVO E VALOR:

Nº do item	Item	Descrição	UND	QTD	Valor	Total
1	55571	INSCRIÇÃO PARA CAPACITAÇÃO NO 1º SEMINÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA TEORIA À PRÁTICA NO FECHAMENTO DE BALANÇO	UNID	2	2.490,00	4.980,00

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações da Administração Pública:

- Emitir ordem de fornecimento e zelar para o bom cumprimento do objeto;
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor contratado, de acordo com este instrumento;
- Receber o serviço no prazo e nas condições estabelecidas neste Instrumento;
- Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;
- Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas neste Instrumento;
- Fiscalizar a execução dos serviços prestados;
- Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- Aplicar as sanções administrativas pertinentes, em caso de inadimplemento;
- Caberá ao Município receber o serviço contratado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Instrumento.

São obrigações do fornecedor contratado:

- Cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- Cumprir rigorosamente os termos do ajuste, ao qual se vincula totalmente, não sendo admitidas retificações ou cancelamentos, quer seja nos preços ou nas condições estabelecidas;
- Efetuar o serviço de acordo com o solicitado, bem como das normas constantes no estudo;
- Comunicar imediatamente e por escrito à Administração Municipal, por meio da fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularizações se necessárias;
- Responder legal e financeiramente por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, comerciais e outros afins, quaisquer que sejam as rubricas, a elas não se vinculando ao CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo sob o fundamento de solidariedade;
- Será responsável pelo fornecimento dos serviços dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na Lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor ao Município;
- A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal e comercial;



- h) Refazer os serviços em desacordo com as especificações constantes no pedido, sem ônus a Administração;
- i) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Campo Novo do Parecis, no tocante ao fornecimento do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

DA VIGÊNCIA: O contrato terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: Pelo instrumento ora realizado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância de **R\$ 4.980,00 (quatro mil e novecentos e oitenta reais)**, por meio de Ordem Bancária (OB) emitida em favor do fornecedor, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento da Nota Fiscal/fatura dos itens/serviços efetivamente entregues, devidamente atestada pelo agente fiscalizador designado para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 56/2023.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas necessárias para execução do evento serão cobertas com recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento desta Prefeitura:
04.001.04.129.0002.20018.3390000000.15000000000000

DO FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação, conforme Art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021. O instrumento contratual fica dispensado por se tratar de execução de serviço imediato.

Campo Novo do Parecis, 23 de janeiro de 2025.

Tarcísio Nascimento da Silva
Agente de Contratação

Ratifico a Inexigibilidade do procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e autorizada.

Edilson Antonio Piaia
Prefeito Municipal



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5552-7BE6-468F-1CAE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDILSON ANTONIO PIAIA (CPF 390.XXX.XXX-91) em 23/01/2026 15:18:45 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



TARCISIO NASCIMENTO (CPF 797.XXX.XXX-15) em 23/01/2026 16:04:50 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 23/01/2026 às 17:04 e assinada digitalmente pela 1Doc para garantir sua autenticidade e inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc, que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://camponovodoparecis.1doc.com.br/verificacao/5552-7BE6-468F-1CAE>